



---

## MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR: A COMUNIDADE RANCHARIA, CAMPO ALEGRE DE GOIÁS (GO)

Lívia Aparecida Pires de Mesquita  
Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais -NEPSA/CNPq  
Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão - UFG  
liviap.msqt@gmail.com

Estevane de Paula Pontes Mendes  
Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais -NEPSA/CNPq  
Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão - UFG  
estevaneufg@gmail.com

### Resumo

Agricultura familiar é um conceito utilizado para caracterizar as unidades de produção rural, estruturadas no trabalho familiar, que se identificam pela relação entre terra, trabalho e família. As recentes transformações ocorridas no espaço agrário goiano afetaram as pequenas e médias propriedades rurais. Dessa forma, tem sido constante a adoção de diferentes estratégias sociais e econômicas pelas unidades de produção rural familiares. Dentre essas estratégias está o trabalho das mulheres, que contribui de maneira significativa para a sobrevivência do grupo familiar. Frente a essa situação, a proposta desse trabalho assenta-se em analisar o papel das mulheres agricultoras na comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás (GO). Para a realização deste trabalho foi efetuada uma revisão teórico-conceitual sobre agricultura familiar, estratégias de produção e reprodução familiar e trabalho feminino, além de pesquisa de campo.

Palavras-chave: Mulheres. Agricultura familiar. Estratégias de produção. Comunidade Rancharia.

### Introdução

Agricultura familiar é um conceito utilizado para caracterizar as unidades de produção rural, estruturadas no trabalho familiar, que se identificam pela relação entre terra, trabalho e família. Esse modo de produção teve sua origem vinculada à história do regime colonial e sempre esteve relacionada com as transformações socioeconômicas vividas no campo. No entanto, as transformações ocorridas no espaço agrário brasileiro, com o advento da modernização, afetaram as pequenas e médias propriedades rurais. O pequeno produtor rural ocupou um lugar marginalizado do ponto de vista das políticas públicas, constituindo-se num segmento social impossibilitado de desenvolver suas potencialidades, enquanto forma social de produção, o que promoveu sua descapitalização e exclusão social, além de criar um processo de assalariamento do homem do campo.



Diante desse contexto, tem sido constante a adoção de diferentes estratégias sociais e econômicas pelas unidades de produção rural familiares, o que tem viabilizado sua inserção na sociedade capitalista. Dentre essas estratégias está o trabalho feminino, que contribui de maneira significativa para a sobrevivência do grupo familiar. As mulheres agricultoras não são apenas as principais responsáveis pelas atividades de manutenção do núcleo familiar, mas desempenham um papel fundamental no trabalho relacionado a lavouras e a criação de animais. Sendo assim, elas possuem uma significativa importância na dinâmica da unidade de produção, interferindo diretamente nas diferentes esferas de atuação produtiva e reprodutiva. Frente a essa situação, a proposta desse trabalho assenta-se em analisar o papel das mulheres agricultoras na Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás (GO).

A escolha da comunidade Rancharia, no município de Campo Alegre de Goiás (GO), deve-se ao fato de grande parte da mesma utilizar, predominantemente, a mão-de-obra familiar na unidade produtiva e por apresentar número significativo de agricultoras que realizam tanto o trabalho reprodutivo como o trabalho produtivo<sup>1</sup>, o que de fato despertou o interesse em compreender a importância desse trabalho, e como este é visto/reconhecido pela família agricultora. Além disso, a Comunidade foi atingida pela Usina Hidrelétrica Serra do Facão<sup>2</sup> e possui famílias monitoradas pelo projeto “Monitoramento da Qualidade de Vida da População Remanejada pela Formação do Reservatório da UHE Serra do Facão”, realizado pelo Núcleo de Estudo e Pesquisas Socioambientais (NPESA/CNPq/UFG) do qual faço parte, fato que possibilita as visitas à Comunidade e à obtenção de informações sobre a mesma.

O interesse pessoal pela discussão da temática se deu quando comecei a ler sobre as estratégias dos pequenos agricultores familiares, dentre estes o trabalho das mulheres, durante a participação no Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UFG), no ano de 2009 a 2010. E também por ser filha de agricultora e agricultor familiar e ter vivenciado na infância as estratégias e lógicas familiares utilizadas pela minha família e a importância do trabalho das mulheres para a sobrevivência da mesma.

Esse estudo apresenta a oportunidade de conhecer melhor a realidade da agricultura familiar com vistas a enfatizar a relevância do trabalho das mulheres para a sobrevivência de muitas famílias no campo. É necessário analisar melhor os esforços despendidos pelas mulheres agricultoras por outros vieses, com o intuito de tornar



reconhecido o seu trabalho, tanto ligado a produção como também a reprodução familiar.

## Metodologia

A pesquisa constitui-se em um conjunto de procedimentos que visam produzir um conhecimento novo. É, portanto, a investigação de um problema realizada a partir de um método e de uma metodologia, que envolve tanto as formas de abordagem do problema quanto os procedimentos de coleta de dados, cujos resultados devem ser válidos. Assim as metodologias utilizadas, ou seja, as etapas para atingir os objetivos da pesquisa, foram pesquisa teórica e pesquisa de campo.

Para que se possa desenvolver uma pesquisa de natureza geográfica, torna-se necessário domínio do conteúdo teórico e conceitual por meio de leituras específicas, assim, essa etapa representa o momento em que o pesquisador procura conhecer o que já foi produzido sobre o tema, por meio de leituras, fichamentos e análises. De acordo com Luna (2005), a revisão teórica tem por objetivo circunscrever o dado problema de pesquisa dentro de um quadro de referência teórico que pretende explicá-lo. Corroborando com essa análise Mendes e Pessoa (2009) afirma que

o referencial teórico permite elaborar representações do mundo real. Esse novo universo de representações é incorporado a um conjunto de idéias sistematizadas, nas quais a teoria, o ponto de vista do pesquisador e o objeto se unem. Nessa perspectiva, a teoria é o caminho para conhecer e compreender os mundos manifestos e suas representações [...] (MENDES; PESSÔA, 2009, p. 525).

Assim, para a aquisição das informações que nortearam essa análise foi elaborado um corpo teórico-conceitual sobre os principais paradigmas do desenvolvimento rural, com ênfase na agricultura familiar, modernização da agricultura, estratégias de reprodução social e trabalho feminino no campo.

Além da pesquisa teórica foi realizada a pesquisa de campo. Essa etapa tem como objetivo obter informações e/ou conhecimentos sobre o problema levantado para o qual se procura uma resposta, ou para a hipótese que se queira comprovar. A pesquisa de campo tem grande importância, é por meio dela que temos a oportunidade de conhecer a realidade que vai ser pesquisada. Além disso, ela contribui para que haja uma relação dinâmica entre o pesquisador e o pesquisado.

Sendo assim, os dados da pesquisa empírica foram adquiridos por meio de roteiros de entrevistas<sup>3</sup>. Foram aplicados 11 roteiros às produtoras e produtores rurais da



comunidade Rancharia, município de Campo Alegre de Goiás, Estado de Goiás, explorando informações, como: a) Identificação do entrevistado; b) Situação ocupacional; c) Fonte de renda; d) Características da pecuária; e) Produção de leite; f) Produtos cultivados; e g) Habilidades da família.

Como na Comunidade há 25 famílias, com a aplicação desses roteiros obteve-se 44% de amostra. De acordo com Alves-Mazzotti e Gewandznajder (2002), a coleta de dados deve ser encerrada quando as informações obtidas já estão suficientemente confirmadas e o surgimento de novos dados se torna cada vez mais raro. Sendo assim, esta amostra pode ser considerada representativa e suficiente para ser generalizada, possibilitando compreender algumas características da agricultura familiar e do trabalho feminino na comunidade Rancharia.

Busca-se através do trabalho de campo, além da obtenção de dados, ver e valorizar a experiência que nos cerca, e tentar revelar características e modos de vida que têm sido ofuscados, e assim, como nos ensina Santos (2002), transformar a ausência em experiência.

Diante dessas considerações, acredita-se que o conjunto de informações obtidas, através da revisão teórica e da pesquisa de campo, permitiu compreender as características da agricultura familiar, e a importância e a contribuição das mulheres na comunidade Rancharia.

### **Agricultura familiar e estratégias de produção**

A agricultura familiar corresponde à agregação de um amplo e diferenciado conjunto de produtores, cuja atividade produtiva e gestão do estabelecimento tomam por base a vinculação dos membros da família. Essa característica familiar, que associa produção, trabalho e família, influencia diretamente na forma como ela age econômica e socialmente. Nesse sentido, é de fundamental importância analisar as principais características e definições de agricultura familiar bem como, compreender e importância das estratégias elaboradas pelos/as agricultores/as da comunidade Rancharia, município de Campo Alegre de Goiás (GO).

As unidades de produção familiar conciliam propriedade, trabalho e família e a interdependência estabelecida entre esses três fatores orienta a dinâmica de reprodução, incidindo diretamente sobre o modo de vida desses indivíduos. A definição do termo a agricultura familiar, no entanto, é genérica, pois a combinação entre propriedade e



trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais, além de receber diferentes denominações segundo autor, local e momento histórico. No decorrer desta análise foram utilizadas as definições de Lamarche (1993), da Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e de Mendes (2005).

Lamarche (1993), ao estabelecer uma comparação internacional das características da agricultura familiar, entre cinco países - França, Canadá, Brasil, Tunísia e Polônia -, afirma que a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém em si toda a diversidade, pois

[...] independentemente de quais sejam os sistemas sócio-políticos, as formações sociais ou as evoluções históricas, em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre assegurada por estabelecimentos familiares, ou seja, por explorações nas quais a família participa da produção. É forçoso admitir, entretanto, uma grande diversidade de situações [...]. Essas situações particulares, vinculadas a histórias e a contextos sócio-econômicos e políticos diferentes, são reveladoras da enorme capacidade de adaptação deste objeto sociológico que é a agricultura familiar [...] (LAMARCHE, 1993, p. 13).

A agricultura familiar não é uma categoria que permite apenas uma leitura, mas apresenta uma série de variações as quais se baseiam nas relações com o espaço e com o sistema de trabalho e no vínculo entre a família e o seu entorno sociocultural. E apesar da dificuldade em conceituar esse modelo de produção, há elementos comuns que podem ser utilizados para caracterizá-lo. A maioria das definições de agricultura familiar adotadas baseia-se: a) na mão de obra empregada, b) no tamanho da propriedade, c) na direção dos trabalhos e d) na renda gerada pela atividade agrícola. Em todas, há um ponto em comum, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, a família assume o trabalho no estabelecimento.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) definem a agricultura familiar com base em três características: a) a gerência da propriedade rural é feita pela família; b) o trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família e c) os fatores de produção pertencem à família (exceção, às vezes, da terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes. Essa classificação permite analisar a natureza social da atividade produtiva.

Mendes (2005), em seu estudo sobre a produção rural familiar nas comunidades rurais do município de Catalão (GO) no período de 2000 a 2005, caracteriza as pequenas propriedades familiares como aquelas que



[...] apresentam centralidade dos meios de produção; trabalho e gestão assegurados diretamente pelos proprietários; ênfase na diversificação da produção de gêneros alimentícios e multiplicidade de atividades; produção para o mercado e para o autoconsumo; valorização dos recursos naturais e culturais; uso do trabalho assalariado complementar; associação dos rendimentos agrícolas e não-agrícolas; subordinação imediata às condições externas, determinando as estratégias de reprodução e área total menor ou igual a quatro módulos fiscais de terra. (MENDES, 2005, p. 21).

Em linhas gerais, os empreendimentos familiares são administrados pela própria família, a qual trabalha diretamente na propriedade, com ou sem o auxílio de terceiros. Sendo um estabelecimento que é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção, de consumo e de reprodução social.

Todavia, o processo de modernização da agricultura, ocorrido principalmente, a partir da década de 1970, comprometeu as pequenas e médias propriedades rurais, uma vez que a agricultura comercial modernizada, concebida a partir de políticas que forjaram o modelo agroexportador brasileiro, promoveu um processo de concentração de capital e da propriedade no meio rural. O/a pequeno/a produtor/a rural ocupou um lugar marginalizado do ponto de vista das políticas públicas, constituindo-se num segmento social impossibilitado de desenvolver suas potencialidades, enquanto forma social de produção. Esse processo provocou a descapitalização e a exclusão social do/a agricultor/a familiar.

Graziano Neto (1985), ao realizar uma crítica a agricultura moderna no Brasil, em seu trabalho sobre a questão agrária e ecologia, salienta que a modernização ao mesmo tempo em que promove o progresso técnico na agricultura, modifica as relações sociais de produção, expropriando e substituindo os pequenos produtores pela mão de obra assalariada.

Com esse processo de transformação da agricultura, os chamados agricultores de subsistência – cuja a principal determinação é a produção para consumo próprio da família trabalhadora, levando ao mercado somente o *excedente* da produção – vão dando lugar ao surgimento das empresas rurais, capitalistas, onde as determinações do mercado e a racionalidade do lucro são os condicionantes principais da produção [...]. (GRAZIANO NETO, 1985, p. 26)

Diante dessa realidade, verifica-se que as modificações implantadas no meio rural asseguraram o aumento da produção e da produtividade do setor agropecuário, ao mesmo tempo em que acentuaram os problemas sociais no campo e na cidade, através da expulsão do homem e da mulher do campo. Além disso, os/as agricultores/as familiares não foram contemplados com o aumento de produtividade, decorrente do uso



intensivo de técnicas e insumos de alto custo, o que dificultou o seu engajamento nessa dinâmica.

Outra dificuldade enfrentada pelas famílias agricultoras foi a de integrar no mercado diante das instabilidades promovidas pelos processos sociais e econômicos, fatores que comprometem sua autonomia. Acrescenta-se o sistema creditício, a pesquisa e a extensão rural as quais se direcionam, em sua maioria, para a agricultura empresarial moderna.

Mendes (2005) destaca que embora os elementos estruturais impedissem que o segmento de pequenos e médios agricultores fosse beneficiado pelo processo, a dinâmica do capital os pressionou a modernizarem-se tecnologicamente. Porém, essa modernização não foi contemplada de forma homogênea pelas unidades familiares de produção, além disso, pressupõe-se, que o conjunto de conhecimentos práticos e não formais são importantes na determinação das estratégias produtivas e na geração de renda.

Embora a agricultura familiar ter sido comprometida e, de certo modo, condicionada pelo mercado e pela dinâmica capitalista de produção, ela tem revelado capacidade de se adaptar e de estabelecer estratégias que vêm garantindo sua reprodução social. Nessa perspectiva, Wanderley (2001) considera que a inserção dos agricultores familiares na sociedade moderna é favorecida pelas suas estratégias de produção que se baseiam na valorização dos recursos disponíveis no estabelecimento familiar e destinam-se a assegurar a sobrevivência da família e a de sua exploração no presente e no futuro. “[...] De uma certa forma, os agricultores familiares modernos **enfrentam** os novos desafios com as **armas** que possuem e que aprenderam a usar a partir de sua experiência.” (WANDERLEY, 2001, p. 35, grifos da autora).

A reprodução social e cultural dos/as produtores/as familiares se constitui em um processo dinâmico que se dá em meio às transformações, adaptações, mudanças e permanências, as quais são viabilizadas pelas estratégias geradas por esses indivíduos. De acordo com esse pensar, Brumer e Weisheimer (2006) consideram que na agricultura familiar são construídas estratégias com o objetivo de assegurar a reprodução da força de trabalho e da unidade de produção, sendo que,

[...] suas possibilidades de reprodução estarão condicionadas por um duplo movimento: de um lado, impõe-se o movimento geral do desenvolvimento capitalista na agricultura, que passa a reger cada vez mais as lógicas internas da organização da unidade de produção familiar, imputando a ela as determinações do mercado e da valorização do capital; por outro lado, a agricultura familiar está sujeita a fatores internos específicos da própria



unidade produtiva e de sua lógica familiar, cujos condicionantes estão na composição familiar e onde os papéis de gênero e geração revelam os impasses presentes nas estratégias de reprodução social dos agricultores. (BRUMER; WEISHEIMER, 2006, p. 204).

O grande desafio imposto a esses/as agricultores/as familiares refere-se à possibilidade de assegurar rendimentos e melhoria na qualidade de vida. Nesse processo, cabe à família e a seus membros um papel ativo, pois suas decisões, estratégias e ações podem trazer resultados benéficos ou desfavoráveis à sua continuidade e a reprodução. Sendo assim, é a partir da produção, do trabalho e do consumo que são organizadas as estratégias familiares da comunidade Rancharia, as quais visam à reprodução social e econômica da família agricultora.

Diante dessa realidade, percebe-se que a agricultura familiar é uma forma de organização social capaz de se reproduzir e sobreviver frente às mudanças e transformações que modificam profundamente o cenário agrícola. E as diferentes repostas dadas a essas transformações demonstram a capacidade dos/as agricultores/as de elaborarem estratégias sociais e econômicas que possam garantir a permanência da família no campo, e oferecer subsídios para a geração futura. E dentre essas estratégias destaca-se o trabalho feminino que contribui de maneira significativa para a sobrevivência do grupo familiar, na Comunidade Rancharia as mulheres contribui com os fatores ligados e reprodução e a produção econômica e social da familiar, questões que serão trabalhadas a seguir.

### **A participação da mulher na produção e reprodução familiar da comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás (GO)**

Através da pesquisa de campo procurou-se conhecer um pouco da realidade de agricultoras e agricultores familiares da comunidade Rancharia no município de Campo Alegre de Goiás (GO). Assim, o objetivo desse subtítulo é analisar principais características da agricultura familiar e a importância do trabalho das mulheres na esfera econômica e social desses agricultores, através das informações obtidas com aplicação de roteiros de entrevista. Além disso, será realizada uma breve localização e caracterização do município de Campo Alegre de Goiás e da Comunidade Rancharia.

O município de Campo Alegre de Goiás (GO) localiza-se ao Sudeste do Estado de Goiás, a uma latitude 17° 38' 20" Sul e a uma longitude 47° 46' 55" Oeste. Possui uma área de 2 463,014 km<sup>2</sup>, faz limite com os municípios de Catalão, Cristalina, Ipameri no Estado de Goiás e Paracatu no Estado de Minas Gerais e encontra-se a 250km da capital





Goiânia. Segundo os dados do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Campo Alegre de Goiás (GO) é de 6.060 habitantes. Destes, 4.481 (74%) residem no meio urbano e 1.579 (26%) na área rural (IBGE, 2010). A Comunidade Rancharia está localizada a aproximadamente 20 quilômetros da sede do município de Campo Alegre de Goiás (GO). Limita-se ao norte com a Fazenda Helena, ao sul com a Fazenda Pirapitinga (ambas fazem parte do município de Campo Alegre de Goiás), a leste com o rio São Marcos e a oeste com a BR 050. É constituída por estabelecimentos rurais que se caracterizam pelo predomínio do trabalho familiar e atualmente é composta por 25 famílias, totalizando em torno de 60 pessoas.

A sua ocupação iniciou-se por volta da primeira década do século XX, quando lá chegaram às famílias Pereira da Silva e Felipe da Silva. A primeira família era proveniente de Catalão (GO) e a segunda de Paracatu (GO), ambas veio para a região com o objetivo de trabalhar nas fazendas, com o tempo tiveram filhos que se casaram e fixaram residência na região.

Na Comunidade atualmente não há nenhuma escola ativa, pois a Escola Municipal Santo Amaro construída em 1960, e a Escola Municipal Santa Teresinha construída na fazenda da família Felipe da Silva e inaugurada em 1990, foram desativadas em 2001. O fechamento dessas instituições de ensino é atribuído a diminuição das famílias e das crianças em idade escolar residentes na Comunidade. A partir deste momento a Prefeitura de Campo Alegre de Goiás (GO) passou a oferecer transporte escolar para levar os estudantes até as escolas localizadas na sede do Município, o que acontece até os dias de hoje.

Atualmente não há igreja na comunidade, as missas e as rezas são realizadas nas casas dos/as proprietários/as. Porém, está sendo construído um Centro Comunitário na Comunidade, assim estas passarão e ser realizadas nesse novo local. A Associação dos Moradores de Rancharia receberam cerca de R\$116.000,00 do Instituto Aluminum Company of America (ALCOA) e da Serra do Facão Energia (Sefac) para construírem esse Centro.

A Associação dos Moradores de Rancharia foi formada em 2009, e além da construção do Centro Comunitário, outras ações estão em curso como: a coleta do lixo seco e a melhoria da produção econômica por meio de cursos e práticas agroecológicas como a homeopatia e cultivo de hortaliças e frutíferas (DARTORA, 2010).

Em relação à saúde, os moradores contam com a presença de um Agente de Saúde, o Sr. PIRES, C. M., que visita mensalmente as famílias conforme orientações da Secretaria



Municipal de Saúde, orientando as pessoas sobre a importância da prevenção e do monitoramento de doenças. Para receber atendimentos médicos e hospitalares os moradores precisam ir à cidade de Campo Alegre de Goiás (GO), e quando é necessário algum procedimento especializado o paciente é encaminhado para Catalão (GO) e/ou Goiânia (GO).

A principal fonte de renda de Rancharia é baseada na produção/venda de leite e do gado de corte, os agricultores da Comunidade também cultivam outros produtos, principalmente o milho, feijão, arroz, cana de açúcar e a mandioca. Além disso, criam outros animais como suínos e galináceos.

O termo comunidade utilizado para se referir a Rancharia segue a abordagem que utiliza o mesmo para caracterizar um agrupamento de pessoas que estão ligados por laços afetivos e tradicionais e que possuem entre si relações de solidariedades e companheirismo, além de crença e comportamentos comuns. Nesse sentido utilizamos Buber (1987) ao afirmar que

[...] comunidade é a expressão e o desenvolvimento da vontade original, naturalmente homogênea, portadora de vínculo, representando a totalidade do homem [...] Comunidade é a ligação que se desenvolveu mantida internamente por propriedade comum (sobretudo de terra), por trabalho comum, costumes comuns, fê comum [...] (BUBER, 1987, p. 50).

Na comunidade as relações que se estabelecem são pautadas pelos graus de parentesco, vizinhança e amizade. Assim, o indivíduo não é pensado isoladamente, deslocado das condições históricas, culturais e sociais, mas é pensado através das relações sociais que estabelece com o outro. É dessa forma que se constitui a vida comunitária em Rancharia, os laços de sangue e de parentesco, a associação com a terra, a amizade e os sentimentos partilhados e as crenças comuns contribuem para que seus moradores resistam às mudanças e permaneçam no meio rural.

Além dessas características os agricultores da comunidade Rancharia elaboram uma diversidade de estratégias a fim de que sejam mantidas as condições de produção e reprodução ao longo das gerações. Dentre elas está o trabalho feminino que possui um papel fundamental para a produção e reprodução das famílias da Comunidade.

A unidade de produção familiar é o resultado da soma do trabalho dos membros da família, frente a essa situação, o trabalho produtivo realizado pela mulher possui diversas funções que favorecem tal unidade. Nessa perspectiva, Tedesco (1999) ao analisar as condições de organização doméstica e as atividades produtivas que permitem



a participação feminina no conjunto da unidade familiar e as relações econômicas e culturais dos pequenos produtores familiares de quatro comunidades no Rio Grande do Sul, salienta que,

a força de trabalho do produtor familiar reproduz-se em nível familiar, não individual. Assim, a combinação do trabalho feminino com o masculino reduz custos familiares na contratação de mão-de-obra *de fora*, redefine as relações locais de trabalho, desorganiza e (re)organiza a divisão familiar do trabalho e os processos de entreaajuda (puxerão e troca de dias) entre famílias vizinhas e/ou parentes, alterando a distribuição das tarefas e o significado do papel que compete a cada um dos membros desempenhar. [...] (TEDESCO, 1999, p. 191, grifos do autor).

No entanto, há uma desvalorização do trabalho da mulher, este nas atividades relacionadas à produção é considerado como sendo menor, ela apenas “ajuda”, mesmo quando seu tempo de trabalho não é menor que o realizado pelo homem. Muitas vezes sua carga horária é igual ou superior, pois concilia os afazeres domésticos com as atividades agrícolas.

Segundo Araújo e Scalón (2005), ao longo da história, na moldagem dos vínculos entre estruturação e reprodução da família e lugares ocupados por homens e mulheres na vida social, há um padrão que tem sido identificado como característico:

[...] a existência de relações de gênero marcadas por uma hierarquia entre os sujeitos – assumindo os homens posição dominante – e por uma divisão de atribuições assimétricas valorizadas – a divisão sexual do trabalho, ficando as mulheres responsáveis pela reprodução e pelas tarefas domésticas, que são esferas menos valorizadas, e os homens pelo que denominou esfera da produção e pelas atividades conduzidas na vida pública, ambas mais valorizadas na vida social. (ARAÚJO; SCALON, 2005, p. 9).

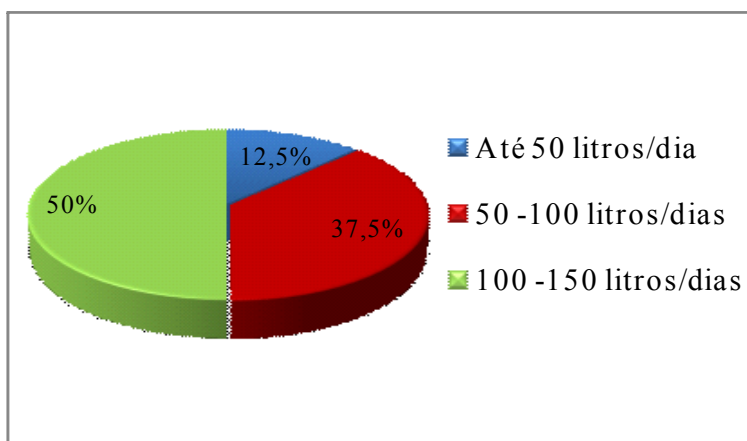
O trabalho da mulher na agricultura familiar considerado como uma “ajuda”, revela que a atividade desenvolvida nessa forma de produção pertence ao homem, sendo este, de sua responsabilidade e de sua obrigação. O trabalho da mulher, não sendo reconhecido, ao contrário do desempenhado pelo homem, sugere que ele não gera valor econômico e social. Assim, a gratuidade do trabalho da mulher na agricultura brasileira tem como hipótese a sua invisibilidade na agricultura familiar, a não identidade, o não reconhecimento do seu trabalho e, conseqüentemente, o desperdício da experiência.

Na Comunidade pesquisada não é diferente, a família agrícola acredita que a mulher atua na condição de “ajudante” no processo produtivo porque, ao contrário do homem, ela trabalha eventualmente e dedica poucas horas às tarefas ligadas ao setor, pois, tem a incumbência dos afazeres domésticos.



A principal fonte de renda dos/as agricultores/as familiares pesquisados é provinda da propriedade e a força de trabalho utilizado é dos próprios membros da família. Em 91% destas há a comercialização do leite e em 9% a venda de gado de corte. A quantidade produzida por dia varia entre 20 a 150 litros/dia, sendo que, a maioria das famílias pesquisadas (50%) produz de 100 a 150 litros por dia, 37,5% dos produtores produzem de 50 a 100 e 12,5% menos de 50 (Gráfico 1).

**Gráfico 1: Quantidade de leite produzido por dia. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás (GO) – 2011.**



Fonte: Pesquisa de campo (jun. 2011).  
Org.: Mesquita.

A tarefa de lidar com o gado é vista como propriamente masculina, sendo assim, o homem é considerado o responsável pela renda familiar, ou seja, o trabalho produtivo é responsabilidade dos homens. Enquanto às mulheres é atribuído o trabalho dito reprodutivo, que corresponde a cuidar da casa dos filhos, dos pequenos animais e da horta familiar. Essas tarefas são pouco valorizadas devido a escassa ou nenhuma participação na geração de renda monetária. Nessa perspectiva García (2004), ao analisar o processo de divisão sexual do trabalho nos acampamentos e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema no período de 2001 a 2004, afirma que

os serviços prestados pelas mulheres aos membros das suas famílias, o trabalho reprodutivo, não podem ser ignorados já que são estas as atividades que se encontram no centro da construção de novos papéis femininos e masculinos no mundo atual [...] O fato de que este trabalho seja improdutivo do ponto de vista da remuneração econômica, relega ao plano da invisibilidade o tempo e energia que as mulheres empregam para o cuidado e atenção das tarefas consideradas como domésticas. Estas que não são expressas em valores monetários, são facilmente esquecidas e desvalorizadas pela sociedade. (GARCÍA, 2004, p. 85-86).

Na Comunidade Rancharia, além de realizarem o trabalho reprodutivo, as mulheres



também contribuem para a produção, pois dentre as mulheres entrevistadas 64% lidam com a ordenha (Foto 1), 36% com gado leiteiro e 27,3% com gado de corte. Diante desses dados, podemos afirmar que essas mulheres também são responsáveis pela renda monetária e não atuam somente com ajudante são trabalhadoras, e merecem ser reconhecidas pelo seu trabalho tanto reprodutivo como produtivo.

**Foto 1: Proprietária realizando ordenha manual. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás (GO) – dez. 2011.**



Fonte: Dartora (2010).

Geralmente, a próprias mulheres não reconhecem seu trabalho, considerando-o apenas como ajuda. Essa questão é mais acentuada, em virtude da introdução, pelas próprias mulheres da ideologia patriarcal, a idéia de que a mulher não faz parte do processo de trabalho da agricultura familiar está, muitas vezes, processada nas mentes não apenas dos homens, mas das próprias mulheres.

O trabalho da mulher é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona-de-casa que se superpõe à atividade agropecuária, principalmente na horta e no quintal. Estas atividades são majoritariamente exercidas pelas mulheres e marcam a diferenciação no mundo rural dos sexos feminino e masculino.

Na realidade, diferentemente dos homens, que se dedicam inteiramente ao trabalho agrícola (cuidado com o gado e com o cultivo do milho, mandioca e cana-de-açúcar), as



mulheres da Comunidade Rancharia combinam diferentes modalidades de trabalho, desdobrando-se entre os afazeres domésticos e agrícolas. Além disso, elas realizam outras atividades como o processamento de alimentos como: a) queijos, b) doces; c) açafraão, d) farinha de mandioca e e) polvilho. Bem como, o cuidado com pequenos animais como suínos e galináceos, e com o pomar e a horta.

Mesmo nessa situação, apesar de terem sido as mulheres as responsáveis pela preparação desses alimentos a renda advinda de sua venda é, geralmente, vista como proveniente do trabalho da família e não da mulher. Além disso, é controlada pelo chefe da família (esposo). Essa realidade demonstra a invisibilidade que é dada ao trabalho e ao esforço das mulheres agricultora para contribuir com a renda e para garantir a alimentação da família, através do cultivo e processamento de alimentos. Em relação a essa realidade Melo e Di Sabbato (2006) contribuem com a análise, ao afirmar que

[...] como são atividades intimamente ligadas ao sustento da família, nada mais natural que a elas se dediquem às mulheres. E além do mais não geram rendimentos [...] E de modo geral, este papel se superpõe ao seu trabalho na atividade agropecuária – principalmente na horta e no quintal – encobrendo a verdadeira natureza da sua ocupação e reduzindo, por conseguinte, a sua jornada de trabalho. É nesse sentido que se pode afirmar que o trabalho da mulher, sobretudo na agropecuária, reproduz a invisibilidade que cerca a percepção da sociedade sobre o papel feminino. (MELO; DI SABBATO, 2006, p. 54).

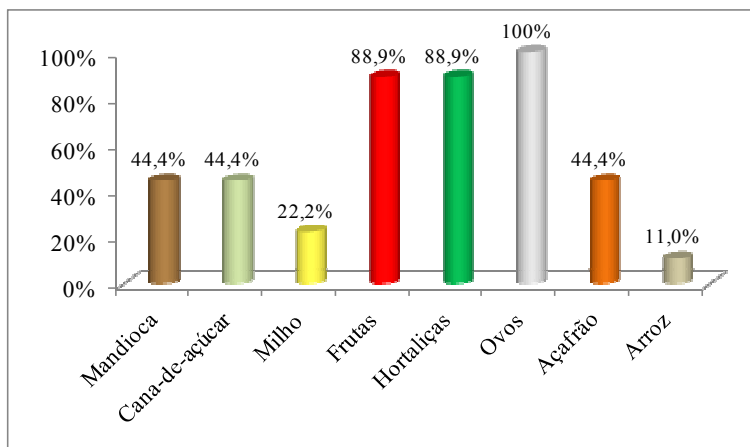
No entanto, por mais que não sejam quantificadas as horas de trabalho feminino nas atividades desempenhadas, e mesmo que estas não sejam remuneradas, fica claro que as mulheres agricultoras desempenham papel decisivo na execução das atividades relacionadas à produção e a reprodução familiar. Assim, o trabalho das mulheres agricultoras tanto na esfera doméstica como na esfera da produção deve ser valorizado e não reduzido a uma obrigação ou a uma mera ajuda.

Na Comunidade Rancharia, além da produção bovina, as famílias produzem outros produtos que cumprem um importante papel para o consumo familiar e também para o mercado, como: a) mandioca, produzido por 44% das famílias; b) cana-de-açúcar, cultivada também por 44%; c) milho, produzido em 22,2 % das propriedades, sendo que este, juntamente com a cana-de-açúcar é voltado para a alimentação bovina em forma de silo, e/ou para a alimentação de suínos e galináceos em forma de grão ou farelo; d) frutas, cultivadas em 88,9% das propriedades, dentre elas as que mais se destacam são: laranja, mamão, manga, acerola, abacate, banana, maracujá e jabuticaba; e) hortaliças, também cultivadas por 88,9% das famílias; f) ovos, produzidos em todas as propriedades; e) açafraão, produzido em 44,4% e; f) arroz, cultivado em 11% das



propriedades (Gráfico 2). Esses produtos são voltados prioritariamente para o consumo familiar, sendo que, somente o excedente é comercializado.

**Gráfico 2: Produtos cultivados pelas famílias entrevistadas. Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás (GO) – 2011.**



Fonte: Pesquisa de campo (jul. 2011).  
Org.: Mesquita.

A satisfação das necessidades do grupo familiar representa um meio efetivo de rendimentos, visto como indispensável para sua reprodução. A lógica para definir as opções e estratégias está no balanço entre o trabalho e o consumo, ou seja, a quantidade de trabalho que a família necessita realizar é considerada em função da satisfação das suas necessidades. Nesse caminhar de idéias, Schneider (2003) salienta que

[...] é no âmbito da família que se discute e se organiza a inserção produtiva, laboral e moral dos seus diferentes membros e é em função deste referencial que se estabelecem as estratégias individuais e coletivas que visam garantir a reprodução social do grupo. (SCHNEIDER, 2003, p. 170).

Há também as rendas não agrícolas, que contribuem para complementar a renda gerada pelo estabelecimento, dentre estas estão: a) a aposentadoria, a qual contribui com a renda de 36,4% famílias; e b) a pensão, recebida por 9% dos produtores;

As atividades ou rendimentos não agrícolas trazem importantes contribuições para o sustento da família, pois há momentos em que apenas os recursos gerados na propriedade não são suficientes para manter a qualidade de vida dessas famílias. É preciso considerar que a produção para autoconsumo, também, é uma estratégia de complementação de renda agrícola e deve constar em sua contabilidade.

Na Comunidade Rancharia, a produção voltada para o autoconsumo é, geralmente, de responsabilidade feminina, outro fato que demonstra a importância do trabalho das mesmas. Desconsiderar o trabalho da mulher na agricultura familiar é ignorar a sua



contribuição econômica na produção agrícola e não identificá-la como produtora, o que resulta na invisibilidade do trabalho feminino, no não reconhecimento da trabalhadora rural, dificultando o seu acesso aos direitos previstos em lei, excluindo-as das políticas de desenvolvimento.

De acordo com García (2004), as limitações que as trabalhadoras rurais enfrentam no seu cotidiano se verificam em várias situações: em primeiro lugar, o trabalho produtivo das mulheres não é reconhecido como componente integrante da produção e sim como componente subliminar. Uma ajuda ao trabalhador principal, o homem; Uma segunda questão é que o trabalho reprodutivo, ou seja, todas aquelas atividades desempenhadas para a manutenção e cuidado da unidade familiar como cozinhar, lavar, passar, limpar a casa, cuidar dos filhos, não é considerado trabalho. Em terceiro lugar, a atribuição de valor para as atividades produtivas é diferenciada em função do sexo de quem as desempenha.

Frente a essa situação, nota-se a necessidade de tornar visível o trabalho tanto produtivo como reprodutivo da mulher, não somente na agricultura familiar, mas em todos os campos de trabalho. Para que isso de fato ocorra, é necessário o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e de medidas que as incentivem e as esclareçam na utilização dos seus direitos. Assim, elas poderão conquistar uma participação mais respeitada dentro da agricultura familiar, bem como, autonomia para atuarem tanto na produção quanto na administração da família. Além do pleno exercício da cidadania das mulheres trabalhadoras, é necessário romper com os obstáculos econômicos e com as barreiras culturais e sociais que inferioriza o trabalho feminino. Isso contribuirá para a valorização da agricultura familiar e para transformar as relações sociais de gênero não são no meio rural, mas na sociedade.

## **Considerações finais**

Esta pesquisa procurou contribuir para a compreensão das atividades exercidas pelas mulheres agricultoras da Comunidade Rancharia, município de Campo Alegre de Goiás (GO), destacando algumas características e definições do termo agricultura familiar e estratégias e a importância do trabalho das mulheres para a sobrevivência e permanência dos agricultores no campo. Por fim, busca-se apresentar uma síntese das variáveis que foram trabalhadas visando ao fechamento das idéias expostas.





A agricultura familiar incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares, é um conceito genérico que assume no tempo e no espaço diferentes formas sociais. A partir das definições analisadas, pode-se afirmar que um agricultor familiar é todo aquele que tem na agricultura sua principal fonte de renda e busca se reproduzir social e economicamente através da força do trabalho familiar. A contratação de trabalho assalariado ocorre de forma esporádica, geralmente em momentos que a mão de obra familiar não é suficiente para realizar todas as atividades necessárias, como plantio, colheita, limpeza de pastos, manutenção de cercas, entre outras.

Na comunidade Rancharia, no município de Campo Alegre de Goiás (GO), os agricultores/as estão sempre elaborando estratégias para sobreviver no campo. Acredita-se que o conhecimento prático, a experiência dos/as produtores/as, a relação de trabalho entre os membros da família, a produção diversificada de alimentos e de animais, têm viabilizado a reprodução dessas unidades.

Nesse sentido nota-se a importância do trabalho das mulheres, o qual contribui de forma significativa para manter a família agricultora no campo. São as mulheres as responsáveis pelo trabalho doméstico e pelos cuidados com a família, além de realizarem outras atividades, como, o processamento dos alimentos e a manufatura de diversos produtos que podem ser comercializados. Dessa forma, é importante a valorização e a quantificação do trabalho feminino no meio rural, pois este contribui para a sobrevivência e para a reprodução da família e, ainda, na complementação da renda familiar.

No entanto, nessa comunidade percebe-se que ainda há uma invisibilidade do trabalho feminino, pois este é considerado apenas como uma mera ajuda. Diante dessa realidade, nota-se a importância do desenvolvimento de políticas e de ações que visem o reconhecimento do papel das mulheres como produtoras de bens e gestoras do ambiente. Assegurando-lhes o controle sobre recursos produtivos como terra e crédito, a capacitação técnica e consequentemente, promover sua visibilidade. A valorização do trabalho da mulher no meio rural também é uma forma de garantir o desenvolvimento da agricultura familiar e para que isso ocorra há a necessidade de um conjunto de mudanças sociais e políticas que visem à equidade, à solidariedade e a inclusão social, assim como, as mudanças nas relações de gênero.

Garantir a participação ativa das mulheres e seu acesso aos recursos e benefícios de diferentes projetos e da própria organização à qual pertencem é a principal tarefa a ser levada a cabo por elas próprias e pelas instituições públicas e privadas que procuram



promover o desenvolvimento socioeconômico não só da agricultura familiar, mas de todo país.

## Notas

<sup>1</sup> “Na década de 1970, principalmente entre os marxistas, houve uma preocupação acentuada em diferenciar o trabalho produtivo (aquele que produz mais valia) do reprodutivo (que não produz). Nesta caracterização o trabalho doméstico acaba sendo considerado improdutivo, mesmo contribuindo na economia doméstica.” (BONI, 2005, p. 15). É nesse sentido que utilizaremos a divisão do trabalho entre produtivo e reprodutivo.

<sup>2</sup> A usina hidrelétrica Serra do Facão está localizada entre os municípios de Catalão e Davinópolis, ambos no Estado de Goiás. O lago abrange ainda terras dos municípios goianos de Campo Alegre de Goiás, Cristalina, Ipameri, além de Paracatu, em Minas Gerais.

<sup>3</sup> As entrevistas foram realizadas juntamente com a equipe do projeto “Monitoramento da Qualidade de Vida da População Remanejada pela Formação do Reservatório da UHE Serra do Facão”, realizado pelo Núcleo de Estudo e Pesquisas Socioambientais (NPESA/CNPq/UFU) do qual faço parte.

<sup>4</sup> As informações sobre a caracterização e localização da comunidade Rancharia foram retiradas da dissertação: DARTORA, V. **O lugar e o seu significado**: as representações de meio ambiente dos moradores de Rancharia, Campo Alegre de Goiás. 2010. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, Catalão, 2010.

## Referências

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O planejamento de pesquisas qualitativas. In: \_\_\_\_\_. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualificativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 147-176.

ARAÚJO, C.; SCALON, C. (Org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 304 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

BRUMER, A. et al. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (Coord.) **Agricultura familiar**. Tradução Ângela M. M. Tigiwa. Campinas: UNICAMP, 1993. p. 179-234. (Coleção Repertórios).

BRUMER, A; WEISHEIMER, N. Agricultura e políticas públicas para as mulheres rurais no âmbito do Mercosul. In: Brasil MDA. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 189-256. (Nead Debates; 9).

BUBER, M. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 1987. 141 p.

BURG, I. C.; LOVATO, P. E. Agricultura familiar, agroecologia e relações de gênero.



**Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.1, p. 1522-1528, fev. 2007.

CAUME, D. J. **A agricultura familiar no estado de Goiás**. Goiânia: UFG, 1997. 71 p. (Quiron).

DARTORA, V. **O lugar e o seu significado**: as representações de meio ambiente dos moradores de Rancharia, Campo Alegre de Goiás. 2010. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, Catalão, 2010.

FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar outra agricultura**. 2 ed. Curitiba: UFPR, 1998. 288 p.

GARCIA, F. M. **A luta pela terra sob enfoque de gênero**: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. 2004. 224 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2004.

HESPAHOL, R. A. M. A inserção econômica e social da produção familiar na região de Presidente Prudente. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, n. 23, p. 229-245, 2001.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar**: comparação internacional. Tradução Frédéric Bazin. Campinas: Unicamp, 1998. v. 2, 348 p. (Coleção Repertórios)

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2005. 108 p. (Série Trilhas).

MEDEIROS, R. M.; RIBEIRO, E. M. O papel da mulher na agricultura familiar: dois estudos de caso. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras – MG. v. 5, n. 1, jan/jun 2003. Disponível em: <<http://www.dae.ufla.br/revista/>>. Acesso em: 11 dez. 2009.

MELO, H. P. de; DI SABBATO, A. Mulheres rurais: invisíveis e mal remuneradas. In: Ministério do desenvolvimento agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do desenvolvimento agrário, 2006. p. 47-87.

MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás**: as comunidades rurais no município de Catalão. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia – Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

MENDES, E. de P. P.; PESSÔA, V. L. S. Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observação e aplicação de roteiro de entrevista. In: RAMIRE, C. de L.; PESSÔA, V. L. S. **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 509-537.

MESQUITA, L. A. P. de. **Agricultura familiar e estratégias de produção**: a comunidade Varão, município de Davinópolis (GO). 2011. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Campus Catalão, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2011.

MOREIRA, R. J. **Agricultura familiar**: processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. 204 p.



OLIVEIRA, P. R. C. de et al. Agricultura familiar e as relações de gênero: um estudo da trajetória da mulher na agricultura familiar. In: Semana Acadêmica da FDV. 2007, Viçosa. **Anais eletrônicos...** Viçosa: FDV Disponível em: <[http://correio.fdvmg.edu.br/downloads/SemanaAcademica2007/Anais\\_Artigos/Agricultura\\_Familiar.pdf](http://correio.fdvmg.edu.br/downloads/SemanaAcademica2007/Anais_Artigos/Agricultura_Familiar.pdf)>. Acesso em: 11 dez. 2009.

SANTOS, B. V. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280, out. 2002.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e pluriatividade. In: \_\_\_\_\_. **A pluratividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. cap. 2, p. 73-110.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 331 p.

TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. 405 p.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 21-55.

WOORTHMANN, E. F.; WOORTHMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: EDUnB, 1997. 192 p.